



Europa  
local e regional

# Eleições Europeias 2014

## O manifesto dos governos locais e regionais



# CCRE

## Uma organização comprometida ao serviço da Europa dos territórios

O Conselho dos Municípios e Regiões da Europa (CCRE) é a mais importante e a mais antiga associação de colectividades territoriais na Europa. É a única organização a federar as associações nacionais de autoridades locais e regionais de 41 países europeus e representa, por seu intermédio, todos os níveis de territórios – locais, intermédios e regionais.

Desde a sua criação em 1951, o CCRE promove a construção de uma Europa unida, pacífica e democrática fundada sob a autonomia local, o respeito do princípio da subsidiariedade e a participação dos cidadãos.

O nosso trabalho organiza-se em torno de dois pilares:

**1. Influenciar as políticas europeias** em todos os domínios que afectam os municípios e as regiões;

A legislação europeia afecta mais de 60 % das políticas implementadas pelas cidades, municípios e regiões. O CCRE age com os seus membros para que os seus interesses sejam tidos em conta aquando da elaboração das políticas europeias. Intervimos desde o início do processo legislativo junto da Comissão europeia e até à adopção das emendas sobre as quais o Parlamento europeu se deve pronunciar.

**2. Constituir um fórum de debate e cooperação** entre as autoridades locais e regionais na Europa através das nossas associações nacionais.

O CCRE é, igualmente, uma plataforma de intercâmbios e de debates políticos e técnicos. Constituímo-nos como um lugar de partilha e de aprendizagem para os nossos membros e para as colectividades territoriais. Todos os anos o CCRE organiza reuniões técnicas, debates, conferências e seminários sobre assuntos pertinentes para as colectividades.

O CCRE é a secção europeia da organização mundial Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), através da qual representamos as colectividades europeias ao nível internacional.

# Mensagens-Chave

## 10 mensagens para reanimar a Europa

- **Continuar a dar prioridade ao emprego para os jovens.** Apoiar os programas específicos e transitórios para integração dos jovens no mercado de emprego, em particular através da iniciativa “EU Starter”. Reforçar o papel da educação bem como os investimentos na inovação, a Pesquisa & Desenvolvimento e os sectores de alto valor acrescentado.
- **Controlar minuciosamente a execução dos fundos estruturais** para se conseguir uma melhor coesão territorial, em particular a aplicação do princípio do partenariado e o código de conduta. Garantir o reforço do princípio da subsidiariedade e a criação de uma cultura de subsidiariedade no seio dos diferentes níveis de governo.
- **Optar por uma regulamentação clara e simples**, concentrando-se em objectivos comuns acordados, mais do que em previsões muito detalhadas e, assegurar a transparência aquando dos processos acelerados.
- **Respeitar os princípios da subsidiariedade** e da proporcionalidade, o amplo poder discricionário das autoridades nacionais, regionais e locais na organização dos serviços de interesse económico geral bem como a busca de equilíbrio entre as exigências da dimensão competitiva e social da “economia de mercado social altamente competitiva da União europeia”.
- **Definir objectivos ambiciosos de redução dos gases com efeito de estufa** e desenvolver as energias renováveis e a eficácia energética até 2030. Respeitar as competências das autoridades locais e regionais no domínio da mobilidade em cada uma das iniciativas da EU, permitindo aos municípios e às regiões implementarem políticas de mobilidade sustentável.
- **Aumentar o orçamento do programa Europa para cidadãos** até à obtenção de “1 euro simbólico por ano e por cidadão”, de modo a favorecer a apropriação da cidadania da União europeia, dando uma particular atenção aos cidadãos em risco de exclusão e apoiando as iniciativas em favor da igualdade dos géneros e da integração dos migrantes. Apoiar as autoridades locais e regionais, dando respostas legislativas na luta contra a discriminação, em particular na comunidade cigana.
- **Apoiar as respostas legislativas garantindo a sustentabilidade das políticas de igualdade dos géneros**, a nível local e regional.
- **Defender uma integração aprofundada e a legitimidade** democrática da União europeia e iniciar uma Convenção para a elaboração de uma Constituição da União europeia.
- **Apoiar o alargamento** da União Europeia e implicar todos os níveis das colectividades locais e regionais no processo de negociação.
- **Apoiar as aproximações globais integradas**, nomeadamente em cooperação com os parceiros nos países do sul, contribuindo-se para uma aldeia mundial mais segura, inclusiva, pacífica e próspera.

# Introdução

## Em maio de 2014 os Europeus têm encontro com a sua democracia

O Parlamento europeu é a única instituição europeia cujos membros são directamente eleitos pelos cidadãos. Mais de 70% das directivas aprovadas pelo Parlamento europeu são implementadas ao nível local e regional, afectando-os num largo leque de domínios políticos e de serviços cruciais para os cidadãos. As eleições de 2014 são, pois, uma ocasião única de encorajar um debate público sobre o futuro da Europa entre os diferentes níveis de governo e os cidadãos. O CCRE tem um papel a desempenhar enquanto maior organização de governos locais e regionais, representando mais de 100.000 autoridades locais e regionais na União europeia.

Estas eleições desenrolar-se-ão num contexto de uma Europa confrontada com numerosos riscos e desafios, devendo ser entendidas como o principal instrumento para os cidadãos influenciarem o futuro da União europeia. A adopção do *Tratado de Lisboa* investiu o Parlamento Europeu em amplas competências graças às quais este pode, verdadeiramente, fazer sentir o seu peso junto das outras instituições europeias tais como a Comissão europeia e o Conselho da União europeia. Dotados de uma verdadeira legitimidade democrática, os deputados europeus terão uma grande influência na escolha do/da futuro(a) Presidente da Comissão pelo Conselho e procederão à sua eleição final. Pela primeira vez, os grupos políticos apresentarão os seus candidatos ao lugar de Presidente da Comissão antes das eleições, dando mais visibilidade e importância à escolha dos cidadãos europeus. A escalada do eurocepticismo na opinião pública, associado a um sentimento de hostilidade sobre a integração europeia, traz a este encontro democrático entre a Europa e os seus cidadãos uma dimensão particularmente importante. É agora indispensável fazer destas eleições uma ocasião de mobilização popular e de relançamento do entusiasmo no nosso projecto europeu.

As colectividades territoriais, enquanto escalões de decisão mais próximo dos cidadãos, têm um papel particular a desempenhar. Desejamos contribuir para dar sentido ao projecto europeu através de uma campanha eleitoral que integre a dimensão territorial e o princípio da subsidiariedade, cuja implementação carece de melhorias. Falta, na maior parte dos casos, uma estrutura clara sobre os mecanismos de cooperação com os parlamentos regionais, sendo que os recursos para implementar os controlos de subsidiariedade são raros. Falta, ainda, a criação de uma cultura de subsidiariedade no seio dos parlamentos regionais dotados de poder legislativo, que tenham em linha de conta as autoridades locais para o estabelecimento de um sistema europeu de controlo e equilíbrio dos poderes multi-níveis. No âmbito do processo europeu de tomada de decisão, observamos o aumento do uso do procedimento acelerado (uma leitura única ao Parlamento Europeu) que conduz à falta de transparência. O CCRE apela aos eurodeputados a assegurarem a transparência e discussões abertas quando optem pelo procedimento acelerado.

Uma regulamentação demasiado detalhada não se afigura, as mais das vezes, necessária, exigindo-se antes uma regulamentação clara e simples. Em certos domínios tais como as alterações climáticas ou a integração, os apoios financeiros às autoridades locais e regionais não é suficiente para uma gestão correcta das suas competências e das directivas europeias.

O CCRE deseja, assim, exprimir, no quadro destas eleições, e em harmonia com os seus princípios fundadores, uma mensagem clara de compromisso e de confiança na Europa em nome dos governos locais e regionais da Europa e das suas associações nacionais.

## **Sim a uma Europa próxima das suas autoridades locais e regionais**

A Europa não deve ser entendida unicamente como um escalão suplementar institucional longínquo, encarnada nas reuniões dos chefes de Estado e de governo e por instituições tecnocráticas. Ela deve ser, antes de tudo, um espaço de respeito e de liberdade para o conjunto dos territórios em toda a sua diversidade.

Estamos, particularmente, comprometidos com os princípios da democracia e da autonomia local, na fidelidade aos princípios e espírito da *Carta europeia das liberdades municipais* de 1953, que deu origem à adopção da *Carta europeia da autonomia local*, em 1988.

As colectividades territoriais devem ser consideradas como actores de pleno direito na governação europeia. Elas contribuem, de igual modo, para a implementação das políticas europeias nos seus territórios, nomeadamente em domínios tão importantes como a coesão, a inclusão, o meio ambiente ou o clima. O *Tratado de Lisboa* alargou o princípio da subsidiariedade aos governos locais e regionais mas o seu reconhecimento enquanto actores maiores do desenvolvimento europeu necessita de ser melhor assimilado pelas instituições da União europeia.

Estamos convencidos, enquanto dirigentes eleitos dos governos infranacionais, que a crise económica e social deve ser abordada com um novo modelo de desenvolvimento na Europa, o qual não pode deixar de ser implementado senão através dos nossos territórios e graças à mobilização de todos os actores: dos cidadãos aos dirigentes económicos, empreendedores, comunidade educativa e administrações locais e regionais. A União europeia deverá apoiar esta mobilização em colaboração com os presidentes de câmara e presidentes das comunidades e regiões.

## **Sim a uma Europa da solidariedade forte e unida**

Fazemos fé numa Europa da solidariedade, da justiça social e da coesão, baseada numa economia de mercado social altamente competitiva. Todavia, deve ser conseguido um equilíbrio entre as exigências da dimensão competitiva e social, em particular face aos serviços de interesse económico geral. Desejamos uma União forte e unida, próxima dos seus cidadãos e das suas autoridades locais e regionais, em conformidade com o artigo 3.º do Tratado da União Europeia.

Num clima económico e social particularmente difícil, propício às tentações de se fechar sobre si própria, um dos primeiros desafios é o de favorecer a abertura, o diálogo entre os europeus a todos os níveis, no respeito pelos valores fundadores do projecto europeu que promovem a dignidade humana, a liberdade, a democracia, a igualdade.

A abertura, enquanto diálogo e respeito pela diversidade são também, garantias para preservar a paz no nosso continente. Não esqueçamos que a União Europeia, prémio Nobel da paz 2012, construiu-se sobre a reconciliação dos povos e que tal representa uma herança inestimável.

Convirá, igualmente, unir os nossos esforços para responder às legítimas expectativas dos cidadãos que esperam uma Europa forte, capaz nomeadamente de criar as condições favoráveis a um crescimento sustentável e a um desenvolvimento equitativo. No contexto actual tal implica a implementação de políticas comuns para se assegurarem serviços públicos de qualidade e de combate ao desemprego, em particular o desemprego dos jovens.

Para tal temos necessidade de instituições europeias sólidas, capazes de tomarem decisões à altura dos desafios com que nos confrontamos. Temos necessidade de um quadro institucional capaz de formular uma verdadeira política comum que não seja apenas a soma dos interesses dos Estados membros.

Apelamos ao próximo Parlamento Europeu e aos seus deputados para que mantenham esse espírito de cooperação e, neste sentido, levamos à sua atenção as seguintes questões de interesse comum:

# 1. Emprego e prioridades sociais

Mais de 5,7 milhões de jovens estão sem emprego no seio da União europeia, um número que não pára de crescer. De um ponto de vista político, social e económico, é uma catástrofe à qual deve ser dada uma resposta por todos os meios possíveis. O emprego dos jovens é um elemento essencial a uma retoma económica sustentável, em particular para o equilíbrio económico e social a longo termo para o conjunto da próxima geração, para a nossa sociedade e para a Europa. Este debate atravessa todas as fronteiras políticas ou ideológicas. A alteração demográfica crescente confronta-nos com a nossa dependência face à geração jovem, que é marginalizada pela sociedade que ela dirigirá no futuro.

Consequentemente, apelamos ao futuro Parlamento Europeu que prossiga as suas políticas para o emprego e a inserção dos jovens e que faça disso prioridade na próxima legislatura, para que as decisões tomadas em Bruxelas tenham um impacto directo na resposta das autoridades locais e regionais aos seus concidadãos. As autoridades locais e regionais estão na primeira linha da luta contra o desemprego e na implementação de políticas de solidariedade destinadas aos desempregados e desempenham um papel essencial no desenvolvimento da implementação dos programas de integração dos jovens no mercado de trabalho ou na educação. Apelamos ao futuro Parlamento Europeu a apoiar os programas específicos e transitórios para a integração dos jovens no mercado de emprego, em particular através da iniciativa “*EU Starter*” apoiada pelo CCRE.

A alteração demográfica na Europa mostra, também, uma população envelhecida. Mais do que nos concentrarmos nos aspectos negativos desta alteração, o Parlamento europeu tem a capacidade de ser a linha avançada na promoção desta oportunidade única em termos de economia, crescimento e desenvolvimento sustentável. Tal estará fortemente ligado à promoção da solidariedade entre as gerações no seio da população europeia. Por outro lado, a necessidade subjacente à inclusão social de todos os grupos exige ser tratada e, num período de crise, a inclusão social deve ser ainda mais reforçada. Mesmo sendo principalmente uma competência nacional, o Parlamento Europeu tem o papel central de verificar que o parecer das autoridades locais e regionais em matéria de inclusão social é realmente tido em conta em todas as discussões europeias.

Com mais de 17 milhões de empregados no sector público, as autoridades locais e regionais têm um papel importante a desempenhar enquanto empregadores e fornecedores de serviços. A este respeito, o CCRE desejaria vivamente que a próxima revisão da directiva sobre o tempo de trabalho permita às autoridades locais e regionais organizar as disposições em vigor sobre o tempo de trabalho no seio dos serviços públicos essenciais. Paralelamente, o CCRE deseja que a revisão da directiva sobre as reformas profissionais tenha em conta o direito das colectividades locais e regionais em organizar os seus próprios regimes de reforma pública para que possa responder ao interesse comum e às

necessidades específicas dos seus empregados. Solicitamos, assim, ao Parlamento europeu, que reforce estas mensagens-chave no decurso do seu novo mandato.

Todas as questões relativas ao emprego devem ser tratadas através de mecanismos próprios, como o diálogo social aos níveis local, regional, nacional e europeu: reforçando sempre o papel da educação e da investigação, sobretudo na inovação, na pesquisa e desenvolvimento e nos sectores de alto valor acrescentado. Este instrumento, tal como previsto no *Tratado de Lisboa*, permite um diálogo estruturado entre os actores mais pertinentes em matéria de política de emprego: os empregadores, os sindicatos e os governos. O Parlamento europeu, enquanto representante dos cidadãos, deverá promover o diálogo social como um vector de resultados sustentáveis no domínio do emprego no seio da União europeia e aos níveis nacional e local.

## 2. Coesão territorial

A política de coesão territorial entrará, em 2014, num novo período de financiamento, e a aplicação das novas regulamentações será muito importante para os governos locais e regionais. Estamos particularmente preocupados com a aplicação pelos Estados membros dos novos instrumentos territoriais tais como o desenvolvimento local levado a cabo pelos actores locais ou os investimentos territoriais integrados. Focamos a nossa atenção, em particular, sobre a implicação das autoridades locais e regionais na gestão, aplicação e avaliação.

A integração dos diferentes fundos e a cooperação para lá das fronteiras administrativas e das aproximações sectoriais serão questões centrais, em particular no que diz respeito aos partenariados urbano-rurais. Com efeito, as zonas rurais e urbanas são sujeitas a alterações dinâmicas, para além das fronteiras administrativas. As aproximações integradas e os sistemas de governação eficazes ao nível das zonas económicas funcionais, incluindo as zonas rurais e urbanas, são consideradas uma vantagem para a coesão territorial. Também a criação de zonas metropolitanas e as cooperações intermunicipais merecem ser consideradas como zonas funcionais – um vector que a nova política de coesão da União europeia recomenda para as medidas de desenvolvimento integrado.

Apelamos, pois, desde já, ao próximo Parlamento europeu que controle minuciosamente a execução dos fundos estruturais, em particular a aplicação do princípio do partenariado e o código de conduta, colaborando com os governos locais e regionais para o êxito do desenvolvimento sustentável dos territórios europeus.

# 3. Os serviços públicos no mercado único europeu

O mercado único europeu continua a evoluir, esperando-se um crescimento económico graças aos regulamentos europeus no domínio dos mercados públicos e das ajudas do Estado, bem como do desenvolvimento dos serviços e do comércio electrónico. As autoridades locais e regionais estão implicadas enquanto empregadoras e fornecedoras de serviços; elas adaptam-se e modernizam constantemente os seus serviços e a sua organização em função da legislação e das regulamentações europeias. Todavia, estamos preocupados pelo facto de o legislador europeu não equilibrar suficientemente o interesse *geral* e o interesse *económico* quando publica uma regulamentação sobre os serviços de interesse económico geral. Por outro lado, as especificidades dos serviços públicos locais e os seus objectivos de servir os cidadãos não são suficientemente tidos em conta. Constatamos que os princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade definidos no artigo 5.º do *Tratado de Lisboa* e o seu protocolo (n.º 26) sobre os serviços de interesse geral que atribuem um largo poder discricionário às autoridades nacionais, regionais e locais para organizarem esses serviços não são suficientemente tidos em consideração.

Apelamos ao futuro Parlamento europeu que considere a diversidade na Europa, as diferenças históricas, políticas e culturais que se reflectem também no modo como os serviços são fornecidos aos cidadãos. Desde que respeitem os tratados da União europeia, os governos locais e regionais, que são democraticamente eleitos e responsáveis perante os seus cidadãos, deveriam ser autorizados a organizar os seus serviços da maneira que eles entendam ser a melhor para o interesse dos seus concidadãos. As regulamentações da União europeia deveriam concentrar-se nos serviços que comportam, realmente, um risco de falsear o mercado interno, o que não é, regra geral, o caso dos serviços públicos locais.

No que diz respeito às próximas negociações dos acordos comerciais internacionais, o CCRE é favorável a um aumento das quotas do Acordo Geral sobre os Mercados Públicos, as quais ficaram inalteradas durante numerosos anos. Uma particular atenção deve ser prestada ao impacto que esses acordos podem ter sobre a autonomia local e regional para que os princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade supra referidos não sejam infringidos.

Uma nova legislação sobre o IVA para os organismos públicos e as isenções fiscais de interesse público deverá ter em consideração as necessidades específicas das autoridades locais e regionais, em particular quando se tratar de cooperações público-público.

Por outro lado, o CCRE nota que a proposta de regulamento em relação à protecção dos dados visa garantir os direitos dos cidadãos e estimular a economia numérica da Europa. Todavia, as condições impostas às autoridades locais e regionais e ao sector público devem continuar proporcionais ao benefício para a sociedade decorrente da introdução de regras mais complexas.



## 4. Alteração climática, transição energética e sustentabilidade

A preservação dos nossos recursos naturais e o desenvolvimento de uma economia circular são responsabilidades partilhadas entre todos os níveis de poderes públicos, o sector privado e os cidadãos. O 7.º programa de acção para o meio-ambiente da União europeia fornece um quadro completo para as políticas meio-ambientais europeias para os próximos anos, e reafirma dois princípios fundamentais: o princípio do “poluidor-pagador” e a correcção da poluição na fonte. O CRRE convida o futuro Parlamento Europeu a garantir que estes princípios guiem as futuras políticas meio-ambientais ao nível europeu e mundial, começando pela revisão em curso da política da União europeia sobre o ar e a legislação sobre os detritos. Neste último ponto esperamos que o Parlamento europeu garanta que os novos objectivos relativos aos resíduos municipais sejam proporcionais e realistas. E, sobretudo, que sejam acompanhados de um apoio adequado, por exemplo para os municípios atrasados nesta matéria.

A crise económica, a manutenção da competitividade e a segurança do aprovisionamento energético são preocupações maiores para os dirigentes políticos e para as empresas privadas. Não obstante, estamos convencidos que o crescimento económico e a protecção do nosso meio ambiente e dos nossos recursos não são prioridades contraditórias. As autoridades locais e regionais executam já um vasto leque de medidas para a protecção do clima e para a energia sustentável, permitindo um crescimento verde e a criação de empregos, como o testemunha a Pacto de Autarcas. Eles necessitam de sinais políticos fortes da União europeia para reforçarem os seus esforços. Apelamos ao futuro Parlamento europeu que demonstre a sua determinação na definição de objectivos ambiciosos de redução dos gases com efeito de estufa e no desenvolvimento das energias renováveis e da eficácia energética até 2030. Esperamos um quadro renovado para a energia e o clima que permita aos municípios e às regiões explorarem em pleno o potencial de uma transição energética local e regional.

A Europa acolherá a conferência das Nações Unidas sobre as alterações climáticas em 2015, em Paris. Tratar-se-á da última oportunidade, desde há muito, de se chegar a um acordo mundial ambicioso sobre o clima. Todos as instituições e actores do meio ambiente se devem mobilizar para aproveitar esta ocasião de definirem as bases para uma alteração no paradigma do desenvolvimento mundial. Os governos locais e regionais reiteraram o seu compromisso face à protecção do clima na *Declaração de Nantes*, adoptado em setembro de 2013, a qual guiará as acções locais e regionais até Paris 2015. Esperamos encontrar um aliado no Parlamento europeu para se chegar a um acordo internacional completo e ambicioso sobre o clima mundial que permitirá a acção dos governos locais e regionais.

O transporte é um elemento essencial para a economia e a coesão dos nossos territórios, bem como para os nossos cidadãos. A este respeito, o apelo da União europeia é, seguramente, sempre bem-vindo quando se trata de promover a inovação e de incitar à adopção de meios de transporte mais sustentáveis. Novas propostas sobre a mobilidade urbana foram publicadas em dezembro de 2013 e esperamos, conseqüentemente, que o Parlamento europeu respeite as competências das autoridades locais e regionais neste domínio e busque, também, um quadro que permita aos municípios e às regiões implementarem políticas de mobilidade sustentável.

# 5. A Europa dos cidadãos

Enquanto nível de governo mais próximo dos cidadãos, as autoridades locais e regionais têm uma responsabilidade particular para implicarem os cidadãos neste projecto.

Através, nomeadamente, das gemações e dos partenariados, as autoridades locais e regionais desempenham um papel maior no conhecimento mútuo e na construção de uma história comum. As colectividades territoriais estão na origem de um grande número de iniciativas que favorecem a mobilidade, os intercâmbios entre os jovens e a partilha de experiências. Estas iniciativas são vectores essenciais para o desenvolvimento de uma cidadania europeia. Todavia, em 2013, ano europeu dos cidadãos, assistimos a uma redução do orçamento do programa Europa para os cidadãos. A crise financeira e económica teve um impacto negativo nos cidadãos, os quais levantaram dúvidas e interrogações quanto ao futuro do projecto europeu. Por consequência, apelamos ao Parlamento europeu que atribua um orçamento de, pelo menos, 1 € por ano e por habitante da EU para o programa Europa para os cidadãos desde agora e até ao fim da próxima legislatura, dedicando uma especial atenção aos cidadãos em risco de exclusão. Tal poderia ajudar a combater o fosso entre os cidadãos e a União europeia através de uma visibilidade local, apoiando, ainda mais, a solidariedade e a igualdade entre os nossos povos.

Apelamos, igualmente, aos candidatos ao Parlamento europeu que revejam esta política e facilitem a alocação dos recursos necessários aos eixos pertinentes do programa. Ao momento, as grandes redes de cidades geminadas e de cooperação técnica são favorecidas em detrimento das actividades no terreno dos cidadãos e dos pequenos municípios, o que contribui, ainda mais, para o seu sentimento de exclusão da governação europeia.

Os governos locais e regionais cooperaram estreitamente com o Parlamento europeu no passado através da rede do CCRE. Numerosos eurodeputados são dirigentes locais e regionais experimentados e que compreendem os desafios e os trabalhos levados a cabo pelos municípios, cidades e regiões. Apreciamos, particularmente, o contributo do intergrupo URBAN e o papel do vice-presidente encarregue das relações com as autoridades locais e regionais e as associações que os representam. Enquanto dirigentes dos governos locais e regionais apoiamos, igualmente, os programas de intercâmbio que possibilitam às cidades e regiões aprenderem umas com as outras; programas como o INTERREG e o Erasmus dos eleitos locais e regionais deveriam ser reforçados e consolidados.

## 6. A Europa da igualdade

A igualdade entre as mulheres e os homens é um valor essencial das democracias e é, igualmente, um factor de desenvolvimento na nossa sociedade. Não obstante os progressos realizados nos últimos decénios, os desafios persistem ainda hoje (por exemplo, as mulheres ganham, em média, menos do que os homens, elas estão, ainda, sub-representadas em lugares de responsabilidade e assumem a maior parte das tarefas domésticas não remuneradas).

Enquanto actores locais e regionais, temos um papel essencial na promoção da igualdade entre as mulheres e os homens. O CCRE possibilitou às autoridades locais e regionais que afirmassem um compromisso público para a igualdade dos géneros através da assinatura da *Carta europeia para a igualdade dos homens e das mulheres na vida local* lançado em 2006. A Carta afirma os princípios fundamentais e os valores da igualdade entre as mulheres e os homens. Reflecte, igualmente, a complexidade desta questão, ilustrando o modo como as autoridades locais e regionais podem desenvolver a igualdade nos diferentes domínios das suas competências.

A Carta foi subscrita por cerca de 1400 colectividades locais e regionais em 29 países. Para o seguimento da evolução do projecto, o CCRE criou um observatório encarregue do acompanhamento da implementação da Carta. É essencial constituir uma plataforma de intercâmbios para as autoridades locais e regionais sobre as questões da igualdade para se garantir a perenidade deste projecto.

Para se alcançarem os objectivos da União europeia em matéria de desenvolvimento inteligente, sustentável e inclusivo, é essencial dar-se prioridade às questões da igualdade entre as mulheres e os homens, a fim de se lutar pelo reconhecimento da igualdade de direitos, levando a cabo os esforços necessários para se assegurar que todos os cidadãos possam participar na configuração do futuro da Europa.

Convidamos o futuro Parlamento europeu a apoiar as iniciativas que assegurem a perenidade das acções levadas a efeito neste domínio, nomeadamente o *gender mainstreaming*, e de apoiar as autoridades locais e regionais na consecução dos objectivos da igualdade, apresentando respostas legislativas para lutar contra a discriminação fundada no género.

## 7. A Europa da diversidade e da integração

A integração dos migrantes é um desafio comum ao nível local, consumando-se nas cidades e nos municípios. Uma boa governação entre os diferentes níveis de governo é a única resposta às questões da integração dos estrangeiros, sendo que as autoridades locais são frequentemente penalizadas pela falta de recursos. Apelamos aos futuros eurodeputados que trabalhem em estreita colaboração com as autoridades locais e regionais para se pôrem em prática políticas apropriadas que garantam uma aproximação global desta questão.

Comunidades que vivem sob o signo da cidadania europeia foram violentadas e a liberdade fundamental de circulação garantida pelos tratados foi posta em causa. É, pois, necessária uma nova abordagem para responder de modo apropriado à integração da comunidade cigana, através da implementação de um programa europeu próprio. As autoridades locais não estão, as mais das vezes, habilitadas a responder eficazmente aos desafios da integração, os migrantes não europeus ficam, frequentemente, em centros de detenção onde os seus direitos não são respeitados ou são expulsos para destinos diferentes do seu país de origem unicamente por terem querido buscar uma vida melhor. Por consequência apelamos aos futuros deputados para que lutem contra as abordagens populistas e xenófobas que se verificaram em numerosos países ao longo dos últimos anos devido à crise económica.

## 8. A Europa dos tratados

É cada vez mais evidente que a Europa está, não apenas, confrontada com uma crise financeira, económica e social mas, também, com uma crise dos seus valores fundamentais. Os Europeus não se reconhecem já no projecto europeu e nas instituições democráticas e perdem confiança na democracia representativa a todos os níveis de governo. A comunidade dos cidadãos europeus está em vias de perder a luta contra o egoísmo dos interesses nacionais. A União europeia, fundada para ultrapassar séculos de conflitos a que o nosso continente teve de fazer face, arrisca-se a sofrer o recrudescimento do nacionalismo político e do proteccionismo económico.

A crise tornou o equilíbrio institucional da União europeia obsoleto, sendo incontornável uma reforma dos tratados se a União desejar continuar a prosperar. Os governos locais e regionais desejam uma Europa unida, apelando aos futuros eurodeputados que se apoiem numa estratégia ascendente com vista a mais integração e legitimidade democrática para a EU. Esta abordagem formulada por Altiero Spinelli, um dos pais fundadores da União europeia, é defendida pelo Grupo Spinelli ao Parlamento Europeu.

Convidamos o futuro Parlamento europeu a lançar uma Convenção para a elaboração de uma lei fundamental da União europeia. Esta lei fundamental deve definir um novo equilíbrio institucional fundado numa representação democrática reforçada e respeitada pelos Estados membros. Ela deve repousar sobre os verdadeiros poderes e competências delegadas à Comissão Europeia, numa governação em parceria entre todos os níveis de governo e, sobre uma integração económica, fiscal e política mais estreita entre os Estados membros e os povos da Europa.

## 9. A Europa do alargamento

Após a quinta vaga de alargamento da União europeia entre 2004 e 2007, vários países exprimiram as suas aspirações de adesão à União europeia. Agora que a Croácia acedeu ao estatuto de membro a 1 de Julho de 2013, a Sérvia, a Antiga República Jugoslava da Macedónia e o Montenegro são candidatos oficiais, em conjunto com a Turquia. Os candidatos potenciais são a Albânia, a Bósnia Herzegovina e o Kosovo (ao abrigo da resolução 1244 do conselho de segurança das Nações Unidas). A Islândia é um país candidato, se bem que as negociações estejam suspensas momentaneamente.

Os cidadãos destes países afirmaram várias vezes o seu apoio à unificação do nosso continente e ao reforço da sua estabilidade e prosperidade duradoura. Eles podem trazer ao projecto europeu o que mais lhe falta: a fé numa Europa unida e com maior integração.

O processo de adesão, em particular a harmonização dos sistemas jurídicos nacionais com os da União europeia e as negociações das condições de adesão, compreendem vários domínios temáticos de interesse para os governos locais e regionais. Estes devem implementar no terreno uma parte substancial da legislação da União europeia, em particular nos domínios dos mercados públicos, do desenvolvimento regional, dos transportes, do meio ambiente, da energia, da educação, da política social e do emprego. Quando os governos locais e regionais procuram desempenhar um papel activo e reconhecido no sistema europeu de governação multinível, devem, igualmente, empreender reformas globais e uma preparação para a adesão.

Por outro lado, o reforço dos governos infranacionais e a descentralização dos países candidatos e candidatos potenciais contribuem para a estabilidade social, política e económica indispensável aos futuros territórios da União europeia.

Solicitamos ao futuro Parlamento europeu que prossiga o seu apoio ao alargamento da União europeia e à implicação aprofundada de todos os níveis de governação no processo de negociação, incluindo os governos locais e regionais. A sua preparação para a adesão e a sua participação ao longo do processo de negociação é uma ocasião única de se construir um futuro estável e coerente na Europa, com bases sólidas para a governação democrática local. A este respeito, uma assistência mais aprofundada aos países candidatos antes da adesão à União poderia garantir uma melhor integração após a adesão.

# 10. A Europa da solidariedade e da cooperação internacional

Os cidadãos europeus fazem parte de uma comunidade mundial mais ampla onde os valores comuns da paz, da segurança, da liberdade, da justiça e da solidariedade estão longe de serem atingidos. Após inúmeros anos, os governos locais e regionais, bem como as suas associações e redes contribuíram positivamente para estes ideais. Graças ao trabalho de “lobbying” da PLATAFORMA, a voz das autoridades locais e regionais activas no desenvolvimento e na cooperação, o impacto da cooperação para o desenvolvimento cresceu significativamente em 2013. A publicação da comunicação sobre a autonomização das autoridades locais nos países parceiros e a adopção de um novo relatório do Parlamento europeu sobre a cooperação descentralizada testemunham este impacto. Os cinco próximos anos serão consagrados à boa aplicação das conclusões e recomendações desta comunicação e deste relatório.

Confiamos no futuro Parlamento europeu para continuar a ser nosso aliado e garantir que os governos locais e regionais do Norte e do Sul possam contribuir eficazmente para uma aldeia global mais segura, inclusiva, pacífica e próspera.

2015 assinalará um ponto de viragem na solidariedade internacional da cooperação para o desenvolvimento com a adopção de um novo quadro mundial condutor das futuras estratégias de luta contra a pobreza e de desenvolvimento sustentável. A voz dos municípios, cidades, províncias e regiões devem ser escutadas na definição deste quadro, considerando o seu papel de catalisador para a garantia de uma vida condigna para todos até 2030, nomeadamente através dos serviços básicos que disponibilizam. É por esta razão que desejamos que esta agenda induza alterações. É necessário ultrapassar a noção tradicional de ajuda e de assistência ao desenvolvimento, através da integração de objectivos e instrumentos mais completos. As colectividades locais e regionais europeias adoptaram já abordagens integradas para um desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Apelamos ao futuro Parlamento europeu que continue a apoiar e a promover essas abordagens integradas à escala mundial, em particular na sua cooperação com os países do Sul.



[www.cemr.org](http://www.cemr.org)

# Conselho dos Municípios e Regiões da Europa

[www.cemr.org](http://www.cemr.org)

[twitter.com/ccrecemr](https://twitter.com/ccrecemr)



Europa para  
os Cidadãos